

## Parte III - Trabalhadores em movimento: ações coletivas e horizontes de ressignificação

O novo cooperativismo e o caso da COOPERNUT: um sonho possível?

Alberto Jorge Santos Lima Carvalho  
Roberto Vêras de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARVALHO, AJSL., and OLIVEIRA, RV. O novo cooperativismo e o caso da COOPERNUT: um sonho possível? In: OLIVEIRA, RV., org. *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 343-360. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## O novo cooperativismo e o caso da COOPERNUT: um sonho possível?<sup>107</sup>

*Alberto Jorge Santos Lima Carvalho*  
*Roberto Vêras de Oliveira*

### Introdução

Este artigo tem como propósito principal analisar a prática do cooperativismo, na sua versão atual, particularmente referenciada à idéia da Economia Solidária. Versa mais especificamente sobre o caso da Cooperativa de Produção de Suplementos Naturais de Campina Grande Ltda - COOPERNUT, sediada em Campina Grande, na Paraíba. Optou-se aqui pelo estudo de uma experiência de cooperativismo autoassumido como do campo da Economia Solidária.

As origens do cooperativismo, na era moderna, remonta ao começo do século XIX, quando, na Europa, viviam-se as conseqüências sociais da Revolução Industrial. As primeiras manifestações se deram na Inglaterra e na Alemanha. Nos termos de Marx, a Revolução Industrial foi responsável por, ao introduzir a máquina no sistema produtivo, propiciar as condições de consolidação do modelo fabril, já iniciado com a *manufatura*, e do modo de produção capitalista, que agora evoluía de um tipo comercial a um tipo industrial. A dinâmica econômica cada vez mais se orientava para a acumulação de capital. O objetivo passava a ser, acima de tudo, o lucro. A sociedade polariza-se cada vez mais entre capitalistas, os possuidores de capital, e proletários, os despossuídos de quaisquer meios de produção, aos quais restava, como única forma de sobrevivência, a venda de sua força de trabalho aos primeiros. As conseqüências sociais desse momento histórico são dramáticas:

---

107 Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida por Alberto Jorge Santos Lima Carvalho, em 2009, no PPGCS/UFCG, sob a orientação de Roberto Vêras de Oliveira, com o título *O novo cooperativismo: alternativa de trabalho e renda ou mais um caminho para a precariedade das relações de trabalho?*

desorganização da economia feudal, expulsão dos camponeses de suas terras, urbanização desordenada e acelerada, inserção de mulheres, crianças e homens adultos no trabalho industrial, sob condições degradantes (salários aviltantes, jornadas extenuantes, ambientes insalubres, falta de proteção social e assistência), produção do que Marx chamou de um “exército industrial de reserva” etc. (Marx, 1988).

Para Singer (2000, p. 13), o que hoje tem sido denominado de Economia Solidária é uma experiência histórica que ao mesmo tempo em que se encontra associada à história do capitalismo industrial, desde suas origens, a contesta:

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.

Foi em um contexto de transformações e mudanças, quando a miséria se tornou parte incontornável da paisagem europeia, que surgiram algumas iniciativas que se colocavam como alternativas ao assalariamento e até ao próprio sistema capitalista. Entre essas, o cooperativismo. A cooperativa de *Rochdale* tornou-se o caso mais conhecido desse período. Seus princípios se converteram em uma referência para todo o movimento cooperativista internacional. Por volta de 1844, nas imediações de Manchester, na Inglaterra, diante das precárias condições vivenciadas pelos trabalhadores, um grupo de operários tecelões da cidade de Rochdale se reuniu para montar um armazém cooperativo, denominando tal iniciativa como *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*. O seu propósito era a melhoria das condições de trabalho e de vida dos seus sócios (MARTINS, 2006). A referida *Sociedade* foi fundada por 28 tecelões, com cada qual contribuindo com uma libra para compor o seu capital inicial. Em uma dezena de anos depois se ampliou enormemente, chegando a contar com mais de 1.400 sócios. Projetou-se como a *Cooperativa de Rochdale*, tornando-se uma referência, até hoje, do cooperativismo mundial (MARTINS, 2006). A Aliança Cooperativista Internacional, criada em Londres, em 1895, claramente incorporou nos seus Estatutos os princípios da *Cooperativa de Rochdale*.

Conforme destacou Singer (2003, p. 119): “A cooperativa de Rochdale é considerada a ‘mãe das cooperativas’, pois seus princípios foram adotados por inúmeras cooperativas que foram sendo criadas, não só na Inglaterra, mas nos demais países também”. Foi assim que, na altura do final do século XIX, “o cooperativismo se tornou um grande movimento social e potente modo de produção, inserido num sistema social em que o capitalismo se tornava cada vez mais dominante”. Entretanto, com a consolidação do modo de produção capitalista, ao longo do século XX, nos termos ainda de Singer (2003, p. 122), o assalariamento, de “opróbrio passou a ser condição social invejável”, de modo que “o cooperativismo perde sua missão transformadora e se torna modalidade de empresa participativa, em que a participação efetiva dos sócios se torna cada vez mais formal e esvaziada de sentido”.

No Brasil, não obstante a constituição de experiências de trabalho cooperativo com a vinda dos Jesuítas, o cooperativismo, nos moldes praticados na Europa da Revolução Industrial, começou a produzir suas primeiras formas de existência no final do século XIX. Há, por exemplo, registro da criação no Paraná, nesse período, da Colônia Tereza Cristina, pelo francês Jean Maurice Faivre, seguidor de Fourier (MARTINS, 2006). Mas foi só na década de 1930, sob novas condições políticas, econômicas e institucionais vividas pelo país, que o cooperativismo ganhou suas primeiras regulamentações. Um marco, quanto a isso, foi 1932, quando foi instituído o Decreto n.º 22.236, com o intuito de definir e disciplinar as cooperativas de trabalho (VERAS NETO, 2002). Com o Estado Novo e a partir de então, entretanto, o preço pago pelo reconhecimento estatal das cooperativas foi o seu enquadramento no paradigma geral do corporativismo de Estado. Sob esse marco institucional, as cooperativas só são toleradas se submetidas à tutela do Estado. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a história do cooperativismo no Brasil foi marcado pela intervenção estatal.

A Economia Solidária, como hoje é conhecida no Brasil, só emergiu como fenômeno sócio-econômico-político nos idos dos anos 1980, tendo ganhado maior repercussão a partir de meados de 1990, alimentado pelas transformações que atingiram o mundo do trabalho. As experiências assim consideradas, tendo emergido em um contexto de crise do emprego e do trabalho, mas também do sindicalismo e das utopias socialistas (SINGER, 1998), se vêm desafiadas de diversas formas: que capacidade tem tido o cooperativismo, na sua versão atual e, mais em particular, sob a proposta da Economia Solidária, de contribuir para possibilitar efetivas alternativas de trabalho e renda, diante do desemprego e do subemprego? Tem essa sido capaz de se apresentar como

uma proposta viável? Ou está fadada a sucumbir à dinâmica capitalista, à sua lógica e aos termos da concorrência que esta implica?

As reflexões aqui apresentadas não têm a pretensão de apresentar respostas a tais questionamentos, mas tão somente indicar pistas a partir de um caso singular. O texto se encontra estruturado em quatro partes: depois desta *Introdução*, busca indicar o momento e condições de emergência recente da experiência da Economia Solidária no mundo e no Brasil e as questões que tem implicado; na sequência, trata da origem, do desenvolvimento e dos desafios vividos pela COOPERNUT; por último, tece algumas considerações não propriamente conclusivas.

## A emergência da Economia Solidária

Uma das principais características da nova realidade do trabalho, sobretudo a partir do final dos anos 1970, tem sido a crise do emprego (POCHMANN, 2001a e 2001b). Como tendência geral, as empresas capitalistas, pressionadas pelo acirramento da concorrência intercapitalista e pela necessidade permanente de redução de custos, ao incorporar novos padrões tecnológicos e novos métodos de gestão, tendem a empregar contingentes cada vez menores de trabalhadores e a buscar uma cada vez maior flexibilização das relações de trabalho. Uma maior mobilidade produtiva e financeira do capital vem contribuindo para alterar a correlação de forças em detrimento dos trabalhadores, impondo-lhes perdas e reduzindo a necessidade de sua contratação pela empresa capitalista, ao mesmo tempo em que tem concorrido para diversificar (precarizando) os vínculos de trabalho. Processos como *flexibilização, heterogeneização, terceirização, informalização, precarização* das relações de trabalho atingem em cheio as dinâmicas das relações de trabalho em todo o mundo. Com isso, alimenta a busca de alternativas, por parte sobretudo dos que se vêem excluídos do mercado de trabalho. O ambiente foi assim criado para uma reemergência do cooperativismo em escala mundial.

Entre fins da década de 1970 e começo dos anos 1980 ocorreu um primeiro impulso com a disseminação de iniciativas visando salvar ou criar empregos, entre outras formas por meio da constituição de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, muitas vezes contando-se com o apoio de sindicatos (SILVA FILHO, 2002). No começo dos anos 1980, foram constituídas cooperativas de trabalhadores por toda a Europa.

Santos (2005, p. 35) vê nas cooperativas, diante das novas dinâmicas do capitalismo, uma promessa como “alternativas de produção emancipadoras”. Considera o autor que as cooperativas de trabalhadores:

- a) podem se afirmar como uma contraposição à subordinação do trabalho ao capital, alimentando assim princípios não capitalistas, mesmo inserindo-se no mercado capitalista (marcado por alto grau de competitividade);
- b) podem desenvolver a capacidade de enfrentar o mercado global contemporâneo (visto que sua capacidade de produção tende a ser maior do que a das empresas capitalistas, ao se basear em um maior incentivo econômico e moral de seus trabalhadores-sócios, e seus custos de produção tendem a ser menores do que os das empresas capitalistas, principalmente quanto aos gastos com supervisão);
- c) podem ser um estímulo não somente ao crescimento econômico, mas também uma forma de diminuição dos níveis de desigualdade, já que além de trabalhadores os cooperados também são proprietários de seu empreendimento;
- d) podem trazer benefícios, não só econômicos para os seus sócios, mas para além desses, sociais e ambientais, para o conjunto das comunidades na quais se inserem.

Nos países da periferia do mundo, as novas dinâmicas econômicas e sociais trouxeram conseqüências ainda mais danosas para os trabalhadores. Os processos de exclusão são ainda mais contundentes, como observa Singer (1998, p. 63):

É sem dúvida incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída no tecido social. A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau. Contudo, nos países de Terceiro Mundo, existe uma forma de exclusão social que é fundamental: a exclusão econômica. É a forma mais ampla, e suas vítimas estão provavelmente excluídas da maioria das outras redes sociais.

Entretanto, Singer (1999b, p. 09) adverte:

A economia solidária não é uma panacéia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores.

A *Economia Solidária*, que comporta o cooperativismo e outras formas de associativismo e de práticas autogestionárias, foi um conceito criado na década de 1990 (SINGER, 1998). Diante da crise do emprego e das consequências que tem trazido para os trabalhadores, as formas clássicas de resistência dos trabalhadores, principalmente os sindicatos, vêm se mostrando incapazes de encontrar saídas. O cooperativismo se afirmou então como uma possibilidade de colocar a força de trabalho a serviço do trabalhador, configurando um contraponto à sua condição de alienação imposta pelas relações capitalistas. O ressurgimento da Economia Solidária, como afirma Gaiger (2004, p. 08), “instaura as bases de uma economia do trabalho que subverte a lógica de produção de mercadorias”. Gaiger (2004) realça, como contexto favorável à emergência do fenômeno da Economia Solidária, entre outros aspectos, uma situação de redefinição do padrão de acumulação capitalista, que tem implicado em uma crise do emprego. No plano político, o ambiente configurado com a derrocada da experiência socialista colocou em xeque as estratégias das tradicionais organizações e das correntes políticas. O estreitamento da oferta de emprego e a deterioração da qualidade dos postos de trabalho têm suscitado a busca por alternativas de sobrevivência. A Economia Solidária se colocou assim como uma alternativa:

Esse fato, uma vez superado um momento inicial de perplexidade e desorientação, estaria ajudando a desobstruir o caminho, em direção a novas experiências sociais e a novos esquemas de análise e de formulação estratégica. Assim, mesmo com alguma hesitação, veio a reconhecer-se a compatibilidade entre a economia solidária e a economia de mercado, no sentido de admitir sua convivência e encontrar aí, ao menos passageiramente, condições de expansão da primeira. (GAIGER, 2004, p. 08).

A Economia Solidária, segundo Singer, integra a formação social capitalista, uma vez que o capitalismo “não só é o maior dos modos de produção mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses” (SINGER, 2005, p. 86). Acrescenta, ainda, o mesmo autor:

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos

capitais privados ocasiona periodicamente em cada país.  
(SINGER, 2005, p. 36)

Ao mesmo tempo, considera, a Economia Solidária se opõe à separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que consiste na base do capitalismo. Nos empreendimentos solidários, são os próprios sócios quem os financiam. São esses, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho (SINGER, 2002, p. 04)

A Economia Solidária se coloca, assim, como uma possibilidade de reconciliação do trabalhador com seus meios de produção, ao mesmo tempo em que, de acordo com Gaiger (2003), propicia uma experiência de trabalho de outro tipo, baseada em parâmetros de equidade e de dignidade. Há, incontestavelmente, um enriquecimento do trabalho, do ponto de vista humano. Para os sócios dos empreendimentos solidários, a propriedade se configura como coletiva e o poder de decisão como mais democrático. Um dos mais divulgados princípios da Economia Solidária advoga: um cooperado, um voto. A responsabilidade para gerenciar as empresas solidárias deve ser, em regra, determinada democraticamente, cabendo a todos os associados participar das decisões quanto às diretrizes e objetivos, e da escolha dos seus dirigentes. A autogestão, baseada em um caráter democrático das decisões, é o que distingue, fundamentalmente, um empreendimento como sendo afinado com os princípios da Economia Solidária, frente aos que desta destoam. Funda-se em relações de solidariedade e reciprocidade enquanto fatores indispensáveis da organização do processo de trabalho. De modo sintético, Gaiger (2002, p. 64) caracteriza assim os empreendimentos solidários:

O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceitos, tais como cooperativas autogeridas é, objetivamente falando,



uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas crescentes de desemprego e falências. (...) Tais empreendimentos encontram potencialmente, no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo (GAIGER, 2002, p. 64).

Esses, ainda segundo o autor, podem se diferenciar das empresas capitalistas também por sua eficácia econômica.

... o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absentismo e a negligência (GAIGER, 2002: 34).

São os empreendimentos solidários dotados de um grande potencial de irradiação de iniciativas coletivas e de articulação das iniciativas existentes. São, por isso, uma importante estratégia de desenvolvimento local e de desenvolvimento sustentável.

Conforme Singer (1999), a Economia Solidária é herdeira da cultura política do movimento operário, ao mesmo tempo, que se coloca como seu sucedâneo.

Hoje pode-se distinguir entre o cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo, que traz as marcas da crise ideológica de esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho. O novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e exclusão sociais (SINGER, 1999).

O projeto da Economia Solidária, conforme se anuncia e seus idealizadores procuram implementar, encerra um potencial ímpar de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Entretanto, o novo cooperativismo é uma experiência em aberto. Em cada país guarda características próprias. Em cada

caso, há sempre discrepâncias e tensões entre aquilo que se propõe e o que efetivamente se constrói. Mesmo quando formado em princípios firmes e ou ancorado em bases organizativa e jurídica adequadas, os empreendimentos solidários podem apresentar dificuldades e contradições. A Economia Solidária é um processo em construção. Implica em conflitos, lutas, disputas, internas e externas. Trata-se de uma possibilidade alternativa de organização econômica. Influencia e se alimenta de novas formas de organização social. Encerra uma prática política destoante do caráter autoritário da cultura política historicamente prevalecente no país. Compõe, ao mesmo tempo as dinâmicas econômica, social e política.

No caso do Brasil, a emergência de um novo cooperativismo se colocou quanto mais o país sofreu os impactos da crise do trabalho. Para Singer (2000, p. 25), a Economia Solidária começou a reaparecer no país na década de 1980, mas só ganhou maior repercussão a partir de meados dos anos 1990:

Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se aposar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag).

Apesar dos limites, prolifera-se pela gestão pública municipal, estadual e federal a constituição de políticas e órgãos públicos destinados ao fomento de empreendimentos cooperativos. É o caso da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, criada em 2003. Os princípios e o projeto da Economia Solidária são articulados e irradiados a partir dos Fóruns Nacional, Estaduais e Municipais de Economia Solidária. Os quais reúnem empreendimentos (na forma de cooperativas, empresas autogestionárias, associações, entre outras), órgãos representativos de empreendimentos solidários (centrais, uniões, associações), ONGs apoiadoras, incubadoras de empreendimentos solidários, órgãos públicos com funções relacionadas ao tema.

A experiência aqui analisada encontra-se inserida nas dinâmicas do Fóruns Estadual e Regional de Economia Solidária. O Fórum Regional se refere ao município de Campina Grande e entorno. Agrega mais de 30 (trinta) empreendimentos solidários dos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Lagoa Nova, Fagundes, Queimadas, Lagoa de Roça, Esperança, Boa Vista. Segue a mesma organização do Fórum Nacional.

## COOPERNUT: uma experiência solidária no município de Campina Grande?

Ainda no ano de 2000, em uma reunião paroquial, o pároco da Comunidade das Graças (em Campina Grande), padre Aparecido, preocupado com o alto nível de desemprego, organizou uma palestra sobre cooperativismo e sugeriu aos membros das Pastorais ali presentes que incentivassem a organização dos trabalhadores em associações ou cooperativas, de modo a assim proporcionar ocupação e renda. Na referida palestra, três mulheres, que participavam da Pastoral da Criança, se interessaram pelo tema e viram naquela uma possibilidade de potencializarem uma atividade que já desempenhavam, a produção de “*multi-mistura*”<sup>108</sup>. As agentes pastorais reuniram sete mulheres e dois homens da comunidade. Todos situados em condições precárias de vida. Quanto às mulheres, nenhuma delas desempenhava atividades remuneradas.

A atividade foi originalmente instalada no próprio salão paroquial, situado embaixo da igreja<sup>109</sup>. O empreendimento foi estabelecido se baseando no domínio da técnica de produção da *multi-mistura* e se apoiando no uso de um fogão e de utensílios pertencentes à Pastoral da Criança. Para iniciar, foi necessário, no entanto, a aquisição de ingredientes, o que foi financiado por meio de um rateio feito entre os participantes. Cada um participou com a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais). A primeira produção do grupo somou 80 (oitenta) pacotes da farinha.

De início a farinha era distribuída nos mercadinhos e mercearias da comunidade. Com o passar do tempo, com a ampliação das vendas e a necessidade

---

108 Farinha rica em nutrientes, composta de farelos de cereais, trigo e arroz (vitaminas do complexo B, niacina, ferro, cálcio, zinco e fibras e outros nutrientes), pó de folhas-verdes escuras, como mandioca, pó de sementes, como gergilim, pó de casca de ovo. Originalmente elaborada pela Pastoral da Criança para ser utilizada no combate à desnutrição infantil.

109 No Bairro do Presidente Médice.

de adentrar em outros mercados, se colocou a necessidade e a possibilidade de se buscar um espaço maior para fabricação da farinha. Do ponto de vista da organização do grupo, avançou-se para a constituição de uma associação. A referida experiência logo chamou a atenção da imprensa que em 2001 noticiou a existência de uma cooperativa tida como um empreendimento viável. Na verdade, naquele momento o empreendimento ainda não estava constituído na forma de cooperativa. Tão somente se encontrava organizado informalmente como um “grupo de mulheres”.

Mas diante da necessidade de se organizar formalmente, o “grupo” resolveu buscar ajuda do setor público, procurando a Prefeitura Municipal. A prefeita Cozete Barbosa, do Partido dos Trabalhadores – PT, interessou-se pela experiência e encaminhou o grupo para a Agencia Municipal de Desenvolvimento – AMDE<sup>110</sup>. Na AMDE, o “grupo de mulheres” foi encaminhado ao recém criado setor de apoio ao associativismo e cooperativismo. Depois de cursos de capacitação sobre cooperativismo e inúmeras reuniões realizadas na comunidade, no dia 06 de dezembro de 2002, na sede do Clube de Mães Nossa Senhora Rosa Mística, no bairro do Presidente Médice, foi realizada a Assembléia Geral de Constituição da Cooperativa de Produção de Suplementos Naturais de Campina Grande Ltda – COOPERNUT. Os arquivos da AMDE indicam que o órgão assessorou a constituição de uma dezena de empreendimentos cooperativos no município. Entretanto, a COOPERNUT teria sido um dos poucos a se estabelecer.

Após a constituição da Cooperativa, com a aprovação do seu estatuto social, bem como com a eleição de sua diretoria e conselho fiscal, verificou-se que, agora organizados, outros desafios estavam à porta. O primeiro deles, de cunho cultural, já que o cooperativismo não era uma prática muito usual na Paraíba, consistia em proceder à interiorização, entre os cooperados, da percepção de que a relação que os unia não era de cunho empregatício. Ao contrário, tratava-se de uma associação entre iguais, com o fim de cooperarem entre si e, assim, empreenderem uma atividade econômica coletivamente, cujos benefícios deveriam ser repartidos entre todos igualmente.

O empreendimento começou a crescer e as vendas aumentaram. O salão paroquial, onde a atividade inicialmente era realizada, ficou pequeno e o cheiro proveniente da produção das farinhas começou a incomodar as outras equipes. Com isso, a obtenção de um lugar próprio passou a ser seu principal objetivo. Em um primeiro instante, as cooperadas requereram da prefeitura a

---

110 Autarquia Municipal.

doação de um terreno localizado em frente à Igreja das Graças. A então prefeita sugeriu, junto com a diretoria da AMDE, a utilização de um galpão da CINEP<sup>111</sup>, o que graças à boa relação política entre a prefeitura municipal de Campina Grande – PB e o governo do estado da Paraíba, tudo foi organizado e o galpão situado no lote 19 e 20, da Quadra 03, à Av. Juscelino Kubistchek, s/n, Distrito Industrial do Velame, Campina Grande. Tendo sido cedido em regime de Comodato<sup>112</sup>. A Cooperativa conseguiu, ainda, a reforma do imóvel, de modo a adequá-lo suas às necessidades.

Verifica-se que desde o início, com o ainda “grupo de mulheres”, havia uma forte preocupação das primeiras envolvidas com a sua organização interna e, principalmente, com a normatização do funcionamento e de situações do dia-a-dia, como problemas de saúde e faltas justificadas. Tanto é assim que, mesmo antes de formarem a cooperativa propriamente dita, já tinham um “estatuto do grupo de mulheres”. Este documento era composto por seis artigos. Com o passar do tempo, até com a necessidade imposta pela legislação vigente, já enquanto cooperativa, foi elaborado um estatuto social, onde além de melhor elaborado já dispunha sobre toda a estrutura organizacional do empreendimento, bem como seus objetivos e a forma como proceder a tomada de decisões. Nos referidos Estatutos constam os princípios norteadores do empreendimento: adesão livre, gestão democrática, participação econômica do sócio, autonomia e independência, educação, capacitação e divulgação, cooperação intercooperativa e interesse pela comunidade.

A administração da cooperativa se dá por meio dos seguintes órgãos: Assembléia Geral, Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. A Assembléia Geral é o órgão superior da Cooperativa, formada por todos os cooperados, para reunidos tomarem as decisões de interesse da entidade. Decisões, essas, que atingirão a todos os associados, mesmo se ausentes. Essa reunião poderá ocorrer de forma ordinária, devendo ser realizada ao menos uma vez por ano sempre no decorrer dos três primeiros meses após o exercício social. Poderá, ainda, ocorrer de forma extraordinária, em qualquer tempo, sempre mediante convocação por meio de edital veiculado em órgão da mídia impressa, para discutir sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa. O

---

111 Companhia de Desenvolvimento da Paraíba.

112 É o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, que se perfaz com a tradição do objeto. Esse contrato, real e unilateral, determina que as coisas sejam devolvidas em espécie ao ós o devido uso e no prazo convencionado (Guimarães, Deocleciano Torrieri. Dicionário Técnico Jurídico. São Paulo: Reideel. 2004.

Conselho de Administração é o órgão superior, responsável pela administração do empreendimento, a quem se destina todo e qualquer assunto de ordem econômica e social, de interesse da Cooperativa ou de seus cooperados, sendo o mesmo composto por cinco membros, todos eles em pleno gozo de seus direitos enquanto cooperados. Compõe o Conselho: o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, o Diretor de Produção e Marketing e mais dois Conselheiros. O seu mandato é de 03 (três) anos, sendo obrigatoriamente renovado em um terço a cada início de mandato. O Conselho Fiscal é constituído por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, com mandato de um ano, permitida a reeleição para o período imediatamente posterior de apenas um terço de seus membros. Ou seja, no Conselho Fiscal a renovação é de dois terços para cada mandato.

Vê-se com isso que as atribuições estão formalmente bem definidas. E, de fato, conforme observação ao longo da pesquisa, as assembléias são participativas, as decisões passam por consultas, há um clima de compartilhamento de responsabilidades. Entretanto, seja por um ímpeto das principais dirigentes, seja por acomodação da maioria dos membros (quanto aos assuntos organizativos e deliberativos), seja por pressão da dinâmica de mercado (que, cada vez mais, passa a exigir respostas rápidas para as situações que vão se apresentando), as decisões cotidianas tendem a se concentrar em algumas sócias. Note-se que, desde sua fundação, não tem havido rodízio na gestão do empreendimento, ao mesmo tempo em que não se manifestam disputas em torno da ocupação dos cargos.

Uma observação especial cabe à questão da remuneração. Como os demais aspectos da vida organizativa da Cooperativa, também a definição sobre a remuneração das cooperadas se faz sob procedimento participativo e coletivamente deliberado. A mesma se dá por meio de hora-trabalhada, valorizando segundo as cooperadas aqueles que mais trabalham. Mas, quanto à Diretoria, que tem horário de trabalho integral, sua remuneração é diferenciada, sendo baseada não em horas trabalhadas mas determinado um valor fixo. Trata-se de uma situação que, se por um lado, indica o reconhecimento por um trabalho indispensável ao desenvolvimento do empreendimento, por outro lado, pode implicar em um elemento de diferenciação interna que, no futuro, venha a comprometer o caráter igualitário e solidário da proposta.

Com a sua consolidação, a COOPERNUT vem se destacando não mais apenas no mercado de produção de *multi-mistura*, passando a atuar também na produção de outras farinhas naturais, como linhaça e trigo e também na área de serviços de *buffet*, tendo inclusive reformado um imóvel (galpão) situado

ao lado da sede da Cooperativa para atender clientes que queiram lá realizar eventos (salão de recepção). É evidente o quanto a situação econômico-financeira das cooperadas melhorou. As mesmas percebem, com regularidade, uma renda sempre bem maior do que o salário-mínimo. Nas entrevistas realizadas, as mesmas o tempo inteiro deixavam transparecer o quanto se encontram motivadas e empolgadas com o sucesso do empreendimento e o quanto estão satisfeitas com os ganhos que vêm auferindo.

A COOPERNUT, desde seus primeiros momentos, buscou estabelecer relações com órgãos públicos e instituições da sociedade civil, de modo a compartilhar inseguranças, se esclarecer sobre procedimentos jurídicos, angariar apoios. Ao longo de sua trajetória constituiu inúmeras parcerias. São exemplos: a AMDE, de quem obteve as primeiras orientações e as primeiras formas de apoio; a CINEP, órgão de desenvolvimento do Governo do Estado, de quem obteve importante ajuda para compor sua infraestrutura (sede e salão de eventos cedidos em regime de comodato); o Banco do Brasil, de quem obteve empréstimo via programa Desenvolvimento Regional Sustentável, para adquirir um veículo Van, bem como utensílios para mobiliar seu salão de eventos; a EMBRAPA, de quem obtém parte de suas matérias primas, como o gergelim e com quem tem um contrato de prestação de serviços, para servir café da manhã a seus funcionários; o SEBRAE, além de cliente, é o principal agente formativo junto à Cooperativa (qualificação para a produção das farinhas e para o serviço de *buffet*) e colabora na elaboração do plano de negócios; a UNISOL BRASIL, de quem obtém assessoramento no tema do cooperativismo e nos assuntos da Economia Solidária; a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, de quem obteve apoio nos assuntos do cooperativismo; a UEPB, de quem obtém ajuda na área técnica, especialmente quanto à atualização das tabelas nutritivas dos produtos ofertados pela Cooperativa; a Pastoral da Criança, de quem sempre contou com sua ajuda e motivação e para a qual prepara um sopão mensal, de modo a atender as pessoas assistidas pela Pastoral.

Por meio das parcerias, a COOPERNUT nasceu e se desenvolveu inserida em diversas redes de apoio recíproco. Tendo, esse, sido um fator decisivo para o seu sucesso econômico e social. Quanto à dimensão mais social e política, a participação da COOPERNUT nos Fóruns Regional e Estadual de Economia Solidária lhe tem propiciado o compartilhamento de um projeto mais amplo, ao mesmo tempo que contribui para alimentar internamente o elemento da solidariedade enquanto uma idéia chave para os desdobramentos da experiência. Considere-se que, conforme se pode observar ao longo da

pesquisa, o tema e as idéias da Economia Solidária não estão ainda assentados fundamente entre os membros do empreendimento. Não obstante tantas parcerias e a participação nos referidos Fóruns, os contatos se concentram em alguns membros. Por outro lado, quanto mais sucesso econômico tem o empreendimento, mais as atenções se voltam para as questões técnico-financeiras implicadas nas suas atividades. Esse é, aliás, um dos desafios dos empreendimentos solidários, já apontados pela bibliografia (ver, por exemplo, GAIGER, 2002). Ou seja, se para a maioria o primeiro desafio é se viabilizar economicamente, uma vez superando essa fase, coloca-se cada vez mais problemático associar sucesso econômico e atenção às dimensões social e política.

## Considerações finais

A presente pesquisa indicou, sobretudo a partir do debate bibliográfico, o quanto não tem sido fácil, para um empreendimento de tipo solidário, se firmar economicamente. Isso significa: saber adentrar nos meandros da lógica capitalista do mercado, sem se deixar ao mesmo tempo contaminar por esta; ser capaz de participar de redes de apoio recíproco com diversos outros empreendimentos de mesma natureza, de modo a contornar no máximo possível as dificuldades impostas pela concorrência capitalista (cuja lei prevalecente é: quem tem mais capital tende a se impor diante da concorrência); saber mobilizar apoio político, de parceiros e dos órgãos públicos, com vistas a configurar uma dinâmica favorável à proposta da Economia Solidária.

Ao mesmo tempo, a pesquisa trouxe à lume uma experiência que, se constituindo a partir de condições muito adversas, mas com muita determinação, apoio, solidariedade compartilhada e recebida, se estabeleceu como uma das principais referências de empreendimento solidário da região de Campina Grande e, quiçá, da Paraíba. O sucesso econômico da COOPERNUT é evidente. O desafio agora, no entanto, é o de fazer com que tal sucesso venha a potencializar as dimensões social e política da proposta. Em que medida se consolida, na mesma proporção, no plano interno, uma preocupação com a incorporação e o exercício dos princípios da Economia Solidária (autogestão democrática)? E, no plano externo, em que medida tal sucesso econômico tem sido um fato de divulgação, irradiação, apoio do projeto da Economia Solidária, por exemplo por meio de uma inserção mais funda nos Fóruns Regional e Estadual? Tais correspondências não parecem estar se verificando, o que pode significar, se não vierem a ser trabalhadas, uma discrepância cada vez comprometedora.



De outra parte, nos arriscamos a dizer, o desenvolvimento do projeto da Economia Solidária, se depende, de um lado, dos próprios empreendimentos e de seus apoiadores em apontarem os caminhos mais virtuosos e consistentes, de outro, não poderá prescindir de uma maior presença das políticas públicas. Uma nova base jurídica que a regulamente de modo mais favorável, sua inclusão nos orçamentos públicos, de modo a embasar ações mais ousadas e conseqüentes, e uma ação normativa mais abrangente sobre a dinâmica de mercado, de modo a inibir práticas que só favorecem a lógica capitalista, são áreas em que se pode avançar muito ainda. As quais, com certeza, farão a diferença sobre as possibilidades futuras da Economia Solidária.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *In*: Planalto Federal. Legislação Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5764.htm>, acesso em 08 de agosto de 2007.

CATTANI, Antonio (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. São Leopoldo, 2002, disponível em [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br). Acesso em 11 de agosto de 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária frente a novos horizontes. São Leopoldo, 2003, disponível em [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br). Acesso em 11 de agosto de 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2004.

LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperação de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Cooperativas de trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

NAKANO, Marilena. Anteag, autogestão como marca. In: Singer, P.; Souza, R. (orgs.). *Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001a.

\_\_\_\_\_. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001b.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. *Cooperativas de trabalho*. São Paulo: editora Atlas, 2002.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. Texto constante no Projeto de Desenvolvimento Solidário. CUT. Seminário Regional, Economia Solidária e Sindicalismo, Ago/1999, Florianópolis. Escola Sul – CUT.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. *Sindicalismo e Economia Solidária*. Dez/1999a.

\_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3ed. São Paulo, Contexto, 1999b.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P.; Souza, A. (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a auto gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto. 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo. 2002.

\_\_\_\_\_. *Economia solidária*. In: Cattani, A. (org.), *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, Boaventura (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a auto gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. *Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2002.